

LEI Nº 858/2.001.

**CRIA O CONSELHO DE
DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA
E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

AILTON LAUDELINO ANDRADE, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPITULO I

Dos Objetivos

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal do Desenvolvimento Agropecuário, com o objetivo de envolver a comunidade nas ações dos governos Municipal, Estadual e Federal, voltadas aos interesses da mesma para discussões e encaminhamentos das ações.

CAPITULO II

Da composição e organização do Conselho e da escolha dos seus membros.

Art. 2º - O Conselho será constituído de, 33 membros efetivos e 33 suplentes eleitos pelas comunidades e/ou órgãos e entidades abaixo relacionadas, e posteriormente nomeados pelo Executivo Municipal:

- 1- 01 Representante da AAMA – Associação dos Apicultores de Angelina
- 2- 01 Representante da Casa Familiar Rural/ Associação Casa Familiar Rural.
- 3- Secretário Municipal de Agricultura Meio Ambiente Industria Comércio e Turismo.
- 4- 01 Representante da Escritório Local da CIDASC
- 5- 01 Representante do Sindicato Rural
- 6- 01 Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- 7- 01 Representante do CAEP – Igreja Matriz.
- 8- 01 Representante da Congregação das Irmãs Franciscanas de São José.
- 9- 01 Representante do Escritório local da CELESC
- 10- 01 Representante do Escritório local da CASAN

- 11- 01 Representante da EPAGRI
- 12- Prefeito Municipal
- 13- 01 Representante da Prefeitura Municipal
- 14- 01 Representante da Câmara de Vereadores.
- 15- 01 Representante da Comunidade de Rio Novo Velho/Três Antas
- 16- 01 Representante da Comunidade de Rio Novo
- 17- 01 Representante da Comunidade de Rio Engano
- 18- 01 Representante da Comunidade de Rio Verde
- 19- 01 Representante da Comunidade de Rio de Dentro/Rio da Paca
- 20- 01 Representante da Comunidade de Pavão / Rio do Norte
- 21- 01 Representante da Comunidade de Rio Quebra Dente/Cabriúna
- 22- 01 Representante da Comunidade de Rio São João/Rio do Tigre/Rio Areias
- 23- 01 Representante da Comunidade de Rio Fortuna/Rio Antinha
- 24- 01 Representante da Comunidade de Garcia/Coqueiros
- 25- 01 Representante da Comunidade de Betânia/Betânia Evangélica
- 26- 01 Representante da Comunidade de Terceira e Quarta Linha
- 27- 01 Representante da Comunidade de Fartura/Palheiro
- 28- 01 Representante da Comunidade de Alto Mato Grosso/Mato Grosso
- 29- 01 Representante da Comunidade de Rio Veado /Coqueiral
- 30- 01 Representante da Comunidade de Rancho de Taboas/Rio Pequeno
- 31- 01 Representante da Comunidade de Alto Garcia
- 32- 01 Representante da Comunidade de Rio Sebastião.
- 33- 01 Representante da Comunidade de Linha dos Chaves

Art. 3º - Os representantes, titulares e suplentes dos Sindicatos, Associações e Entidades, serão indicados pelos seus Presidentes ou Chefes e as comunidades indicarão dois representantes sendo escolhidos em reuniões nas comunidades com a devida ata da aprovação dos mesmos.

Art. 4º - Os representantes, titulares e suplentes eleitos conforme Artigo 2º, de órgãos e entidades serão indicados para o Conselho, por escrito, pela instituição que representam.

Art. 5º - Os membros do Conselho terão mandato de dois anos, com possibilidade de reeleição.

Parágrafo único: A primeira nomeação dos referidos representantes dar-se-á somente no mês de maio de 2002, ficando desde já homologada a escolha dos atuais conselheiros realizada em data de 23 de maio de 2000.

Art. 6º - Os membros do conselho não farão jus a qualquer remuneração, sendo, no entanto considerados como de serviço público relevante.

Art. 7º - A presidência, bem como outras funções dentro do conselho, serão escolhidos democraticamente, mediante votação entre os conselheiros.

Parágrafo Único – A presidência do referido Conselho não poderá ser exercida por representantes de Órgãos Governamentais, dando preferência para um agricultor.

Art. 8º - O Conselho terá um regimento interno elaborado por seus membros, após a criação do mesmo.

Art. 9º - O Prefeito Municipal nomeará os representantes escolhidos pelos órgãos e/ou comunidades que representam.

CAPITULO III Do Funcionamento

Art. 10º - O Conselho reunir-se-á ordinariamente semestralmente, visando reavaliar as atividades desenvolvidas.

Art. 11º - O Conselho poderá reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do presidente ou por solicitação de 1/3 de seus membros.

§ 1º - As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser convocadas com a antecedência mínima de três dias, através de convite individual e protocolado.

§ 2º - As reuniões serão realizadas com a presença mínima de 1/3 de seus conselheiros na primeira chamada e após trinta minutos em segunda chamada com qualquer numero.

§ 3º - As reuniões serão realizadas pelos membros constituídos, cabendo-lhes direito à voz e voto.

CAPITULO IV Da competência do Conselho

Art. 12º - Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

I – Propor a implantação de Políticas de desenvolvimento Agropecuários, acompanhando e avaliando sua implantação;

II – Propor as metas a serem estabelecidas no Plano Plurianual e adequala a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III – Assessorar o Poder Executivo e Legislativo Municipal em assuntos referentes ao Setor Agropecuário.

IV – Manter intercâmbio com Conselhos similares, visando o encaminhamento de reivindicações de interesse comum;

V – Aprimorar o processo de integração e colaboração entre serviços públicos e privados, de forma a potencializar e aperfeiçoar a atuação de todos os recursos disponíveis;

VI – Realizar convênios com Instituições Internacionais, Nacionais, Estaduais e Municipais desde que analisados e aprovados pela Câmara Municipal.

VII – Propor programas e convênios de assistências e extensão rural com prioridade aos pequenos produtores.

VIII – Participar ativamente na elaboração do plano de desenvolvimento rural.

CAPITULO V

Das Atribuições do Presidente do Conselho

Art. 13º - São atribuições do Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

I – Acompanhar, avaliar e deliberar sobre a realização das ações previstas no plano de Desenvolvimento Agropecuário.

II – Convocar os membros do Conselho para as reuniões ordinárias e/ou extraordinárias;

III – Coordenar os trabalhos junto ao Conselho, para elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural.

IV – Firmar convênios e contratos com Instituições Internacionais, Nacionais, Estaduais e Municipais desde que analisados e aprovados pela Câmara Municipal.

CAPITULO VI

Das Disposições Finais

Art. 14º - Será considerada vaga a representação de membros do conselho que não comparecerem a três reuniões consecutivas ou cinco reuniões alternadas, sem justificativa formal, assumindo em seu lugar o suplente.

Art. 15º - O Conselho terá sede junto a Secretaria da Agricultura Meio Ambiente Industria Comercio e Turismo.

Art. 16º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação

Art. 17º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 09 de novembro de 2001.

Ailton Laudelino Andrade
Prefeito Municipal